

CIRCULAR N.º 101 / 559 / 09
19 de Novembro

ASSUNTO: Qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, pela direcção de obras e pela fiscalização de obras.

Foi publicada no Diário da República n.º 211, 1.ª série, a Portaria n.º 1379/2009 que regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, pela direcção de obras e pela fiscalização de obras, a qual entrou em vigor no passado dia 1 de Novembro e regulamenta o previsto no n.º 7 do artigo 27.º da Lei n.º 31/2009 (cf. Circulares da AECOPS n.º 73/551/2009 e n.º 95/556/09, respectivamente de 17 de Setembro e de 5 de Novembro). Do diploma ora publicado, cuja leitura integral se aconselha aos interessados desde já salientamos os seguintes aspectos:

- A presente portaria é aplicável: aos projectos de operações urbanísticas, incluindo os loteamentos urbanos, tal como definidos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) ; aos projectos de obras públicas, como tal consideradas no Código dos Contratos Públicos; à direcção de obras públicas e particulares; à direcção de fiscalização de obras públicas e particulares; à elaboração de projectos, à direcção de obras e à fiscalização de obras sujeitas a legislação especial, em tudo o que nela não esteja especificamente regulado (cf. artigo 2.º).

I. QUALIFICAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJECTOS

- Prevê-se em geral que os projectos devem ser elaborados e subscritos por **arquitectos, arquitectos paisagistas, engenheiros e engenheiros técnicos** com inscrição em vigor na respectiva associação profissional;

- **Detalha-se a competência em termos da elaboração de projectos de arquitectura (arquitectos), de paisagismo (arquitectos paisagistas) e de projectos de engenharia (engenheiros e engenheiros técnicos,** consoante as categorias das obras em causa) (cf. artigos 4.º a 11.º).

II. QUALIFICAÇÃO PARA A DIRECÇÃO DE OBRAS

- Prevê-se em geral que as qualificações específicas referentes à direcção de obra são definidas em função da classificação das obras pelas categorias I, II, III e IV, prevista no artigo 11.º do anexo I e no anexo II da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de Julho, salvo no caso de edifícios, em que as qualificações específicas são definidas em função das classes de alvará estabelecidas na portaria a que se refere o Decreto-Lei n.º 12/2004 (cf. artigo 12.º);

- **A qualificação para a direcção de obras de edifícios obedece às seguintes particularidades** (cf. n.ºs 3 e 4 do artigo 13.º):

- **A direcção de obras cujo projecto de estruturas tenha sido classificado na categoria IV** (estruturas de hospitais, estádios e grandes instalações desportivas ou culturais; estruturas de edifícios com altura superior a 60 metros) incumbe sempre a engenheiros especialistas, a engenheiros seniores ou conselheiros e a engenheiros técnicos, estes últimos com o mínimo de 13 anos de experiência;

- **A direcção de obras em edifícios classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de protecção** incumbe sempre a engenheiros especialistas, a engenheiros seniores ou conselheiros, a engenheiros técnicos com o mínimo de 13 anos de experiência e a arquitectos com o mínimo de 10 anos de experiência. Relativamente aos arquitectos excepcionam-se contudo as seguintes obras: de demolição e preparação dos locais da construção, perfurações e sondagens; de instalações eléctricas, de canalização, de climatização e outras instalações (alíneas g) e h) do n.º 4 do artigo 8.º da Lei n.º 31/2009); obras em edifícios com estruturas complexas; ou obras que envolvam obras de contenção periférica e fundações especiais.

- **Ressalvadas as situações acima descritas, a direcção de obras de edifícios incumbe a engenheiros, arquitectos e engenheiros técnicos, de acordo com a seguinte qualificação mínima:**

a) **obras até à classe 9 de alvará** (actualmente acima de 16.600.000 €): engenheiros especialistas, engenheiros seniores ou conselheiros e engenheiros técnicos, estes últimos com o mínimo de 13 anos de experiência;

b) **obras até à classe 8 de alvará** (actualmente até 16.600.000 €): engenheiros e engenheiros técnicos, estes últimos com o mínimo de cinco anos de experiência;

c) **obras até à classe 5 de alvará** (actualmente até 2.656.000 €): engenheiros técnicos ou arquitectos com o mínimo de cinco anos de experiência, mas excepcionando-se relativamente a estes últimos as seguintes obras: de demolição e preparação dos locais da construção, perfurações e sondagens; de instalações eléctricas, de canalização, de climatização e outras instalações (alíneas g) e h) do n.º 4 do artigo 8.º da Lei n.º 31/2009); obras em edifícios com estruturas complexas; ou obras que envolvam obras de contenção periférica e fundações especiais;

d) **obras até à classe 3 de alvará** (actualmente até 664.000 €): arquitectos com o mínimo de três anos de experiência e com as excepções referidas na alínea anterior;

e) **obras até à classe 2 de alvará** (actualmente até 332.000 €): arquitectos, mas com as excepções referidas na alínea c); engenheiros estagiários e engenheiros técnicos estagiários; técnicos referidos no n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 16/2004 e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º do mesmo diploma (técnicos com CAP nível 2 ou superior; agentes técnicos de arquitectura e engenharia, técnico responsável por instalações eléctricas, técnico de gás ou técnico ITED, qualificações estas admitidas, consoante as subcategorias de trabalho em causa, em alternativa ao engenheiro técnico).

- **A qualificação para a direcção de outras obras (que não sejam de edifícios) incumbe a engenheiros e a engenheiros técnicos, nos seguintes termos** (cf. n.º 1 do artigo 14º da Portaria n.º 1379/2009 e artigo 11º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de Julho):

a) **obras das categorias I** (de natureza simples em que sejam dominantes as características seguintes: de concepção fácil pela simplicidade de satisfação do programa de exigências funcionais; elevado grau de repetição das diferentes partes componentes da obra; sistemas ou métodos de execução correntes) e **II** (de características correntes e onde sejam predominantes os seguintes aspectos: concepção simples, baseada em programas funcionais com exigências correntes; instalações e equipamentos correspondentes a soluções sem complexidades específicas; pequeno grau de repetição das diferentes partes componentes da obra; solução da concepção e construção sem condicionamentos especiais de custos): **engenheiros e engenheiros técnicos;**

b) **obras da categoria III** (em que a elaboração do projecto está condicionada relativamente às obras correntes, por algum dos factores seguintes: concepção fundamentada em programas funcionais com exigências especiais; instalações técnicas que, pela sua complexidade, tornem necessário o estudo de soluções pouco correntes que exijam soluções elaboradas de compatibilização com as diferentes partes componentes da obra; obrigatoriedade de pesquisa de várias soluções que conduzam a novos sistemas e métodos e à aplicação de materiais e elementos de construção diferentes das correntes na prática respectiva; integração num contexto natural ou construído que determine exigências relevantes, correspondentes a, designadamente, aspectos relacionados com contextos ambientais ou visuais de excepção, históricos; obrigação especial de inovação técnica ou artística do programa; obrigatoriedade de pesquisa de soluções que garantam uma contenção de custos particularmente reduzidos): **engenheiros e engenheiros técnicos, estes com o mínimo de cinco anos de experiência;**

c) **obras da categoria IV** (com imposições e características mais severas do que as anteriormente especificadas, ou, ainda, em que seja dominante a pesquisa de soluções individualizadas): **engenheiros especialistas, engenheiros seniores ou conselheiros e engenheiros técnicos, estes com o mínimo de 13 anos de experiência.**

E tendo em conta as seguintes particularidades (cf. n.ºs 2 a 4 do artigo 14º e artigo 15º):

- **A direcção de obras de espaços exteriores até à categoria III pode também incumbir a arquitectos com o mínimo de três anos de experiência, com excepção das obras previstas nas alíneas a) a h) do n.º 4 do artigo 8.º da Lei n.º 31/2009, ou sejam:** “a) Estradas, pontes, túneis, pistas de aeroportos e de aeródromos e vias-férreas; b) Redes de transporte de águas, de esgotos, de distribuição de energia, de telecomunicações e outras; c) Obras de engenharia hidráulica, estações de tratamento de água ou de águas residuais; d) Obras portuárias e de engenharia costeira e fluvial; e) Estações de tratamento de resíduos sólidos; f) Centrais de produção de energia e de tratamento, refinação ou armazenamento de combustíveis ou materiais químicos, não de retalho; g) Demolição e preparação dos locais da construção, perfurações e sondagens; h) Instalações eléctricas, de canalização, de climatização e outras instalações”;

- **A direcção de obras em jardins e sítios históricos da categoria IV pode também incumbir a arquitectos com o mínimo de cinco anos de experiência, com a excepção prevista no ponto anterior;**

- **A direcção de obras em imóveis classificados ou em vias de classificação ou inseridos em zona especial ou automática de protecção, que não sejam edifícios, incumbe sempre a engenheiros especialistas, a engenheiros seniores ou conselheiros, a engenheiros técnicos com o mínimo de 13 anos de experiência e a arquitectos com o mínimo de 10 anos de experiência. Relativamente aos arquitectos excepcionam-se contudo as obras previstas nas alíneas a) a h) do n.º 4 do artigo 8.º da Lei n.º 31/2009 acima elencadas;**

- **Nas obras das classes 6 a 9 de alvará (actualmente acima de 2.656.000 €) cujo projecto ordenador seja de paisagismo, o director de obra deve ser coadjuvado por arquitecto paisagista.**

III. QUALIFICAÇÃO PARA A FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Prevê-se que as qualificações específicas referentes à direcção de fiscalização de obra são definidas em conformidade com o estabelecido para a qualificação dos directores de obra, mas tendo presente especificidades da fiscalização de obras de edifícios e de outras obras (cf. artigos 16º a 19º).

O Vice Presidente Executivo

